

Ofício nº 1/2016

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2016.

Excelentíssimo Senhor
Conselheiro Marco Peixoto
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Rua Sete de Setembro 388, Centro Histórico.
90.010-190 – Porto Alegre/RS

Senhor Presidente:

Na oportunidade em que o cumprimentamos, vimos pelo presente externar um conjunto de preocupações a serem tratadas em audiência próxima, as quais submetemos ao seu conhecimento, solicitando o seu empenho para o deslinde positivo das mesmas.

Como é de conhecimento público, o Governo do Estado, através da sua base de apoio no Parlamento, efetuou um conjunto de manobras regimentais protelatórias que inviabilizou o exame em Plenário dos projetos de lei de recomposição salarial dos servidores dos Poderes de Estado em 2015.

Tal comportamento foi objeto de adequada crítica do Presidente do Poder Judiciário, Des. José Aquino Flôres de Camargo, publicado no sítio do referido Poder. Questionado sobre o assunto em entrevista publicada no JC de 11/1 último, o Governador reconhece que o Des. Aquino "defendeu os seus, mas nossas relações são positivas. Quando precisamos de recursos e outras situações, sempre nos auxiliaram. Tanto o Poder Judiciário como o Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, todo mundo colaborou, pois conhecem a realidade".

Ocorre que cada Presidente de Poder assumiu um compromisso com seus servidores e essa postura contribuiu para uma melhoria no clima interno de cada instituição. A sequência desse entendimento materializou os projetos de lei, definindo data de vigência e percentual. Havia disponibilidade orçamentária e dotações



específicas, assim esses projetos foram enviados para o exame no legislativo. Todos os servidores e suas entidades de representação partiram de um diálogo franco, honesto, aberto e acordaram sobre esse procedimento.

Os Poderes de Estado tem autonomia e seus titulares precisam legitimamente defender os seus, como reconhece o próprio Governador.

Para o CEAPE-Sindicato a manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos é prioridade frente a quaisquer outros benefícios salariais. Assim, contamos com seu empenho para, na retomada dos trabalhos do Legislativo Estadual, fazermos aprovar o PL nº 371/2015, que recompõe nossos vencimentos em 8,13%.

Outra questão importante da nossa pauta é a Independência da Função da Auditoria. Esse tema está no centro da nossa pauta específica dos Auditores e será objeto de discussão aprofundada no semestre em curso. Pretendemos aproximar experiências com a PGE, CAGE, DEFENSORIA E MPE que tem um Conselho Superior estruturado e atuante, de maneira a construirmos uma proposta mais elaborada para o nosso futuro Conselho Superior de Auditoria, órgão que em nossa formulação original estará vinculado à DCF e será responsável pelas políticas/diretrizes de auditoria do TCE/RS, juntamente com o DCF.

Entendemos ainda como necessária a retomada da discussão sobre o Plano de Carreira dos Servidores do TCE, para o qual já há um estudo efetuado por uma comissão paritária que trabalhou na última gestão, mas que não chegou a ser objeto de discussão no Conselho. Retomar esse tema e ajustá-lo diante da nova realidade financeira do Estado é uma necessidade para os servidores do TCE.

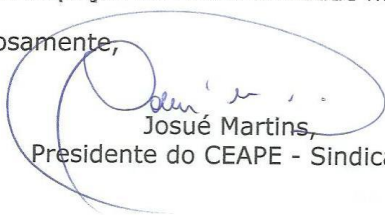
De outro lado, quando do encerramento do último concurso público para o cargo de Conselheiro Substituto, em conversa com os membros da Corte, ficou acordado com a diretoria do CEAPE a alteração da Lei Orgânica do TCE no sentido de ampliar para além da formação em Ciências Jurídicas o requisito de formação para acesso



ao mesmo. Frente a alteração de atribuição para emissão de parecer técnico, que não mais compete aos Conselheiros Substitutos, tal requisito de exclusividade cai por terra. Acrescente-se a isso o parâmetro nacional, sendo nosso TCE/RS o único a adotar tal requisito, solicita-se seja encaminhada a revisão da LOTCE/RS para ajustá-la a nova realidade.

Por fim, solicitamos a manutenção dos Encontros Técnicos anuais, com a participação da nossa entidade na organização.

Atenciosamente,


Josué Martins,
Presidente do CEAPE - Sindicato.

Recebi em 15/01/2016


Carlos Machado Wulff
Chefe de Gabinete